

Uso de psicoativos e psiquiatria nos anos 1920: uma leitura do conceito de “toxicomania” a partir do debate médico sul-rio-grandense presente na revista “Archivos Rio Grandense de Medicina”.

CARLOS EDUARDO MARTINS TORCATO*

A presente comunicação pretende apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa de doutoramento, iniciada neste ano, que tem como objetivo principal compreender como ocorreu a transição de uma época onde o consumo de drogas era permitido para outra, onde esse consumo foi proibido. Essa mudança no perfil de intervenção pública na questão da circulação e do consumo de psicoativos (álcool, cocaína e ópio) entre a população foi pautada, nos seus primeiros anos, pela agenda internacional. Embora haja um reconhecimento sobre a supremacia dessa esfera para a concretização do proibicionismo enquanto política pública, também foram relevantes as articulações locais que possibilitassem a aplicação das leis.

Em termos de forças políticas que defenderam o proibicionismo enquanto política pública é possível destacar o papel da classe médica. O proibicionismo está estritamente ligado à ampliação dos controles jurídicos e políticos sobre a circulação e os usos dos fármacos e a própria consolidação do saber médico como um saber legítimo (FIORE, 2006: p.26-28). Percebe-se que se a questão do uso de psicoativos pela população, particularmente o álcool no contexto estudado, estava estritamente ligada ao projeto de modernização da nação brasileira. O uso dos psicoativos fora da orientação médica estava relacionado a uma série de hábitos que se apresentavam como obstáculos para a implementação da ética do trabalho necessária ao progresso (SILVA, 2009: p.137-138).

A construção de uma noção patologizante sobre as práticas que se desenvolviam em torno do uso de alguns psicoativos foi fundamental nesse processo. Foi com o objetivo de perceber quais eram os atores que participaram desse debate que Adiala (2011) promoveu uma pesquisa nas Teses produzidas pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e nas principais revistas médicas brasileiras entre 1890 e 1930. Segundo ele, o final do século XIX foi marcado por várias mudanças no campo médico graças às modificações no sistema de ensino (adoção da perspectiva experimental) e à introdução de novas tecnologias da farmácia e da química. A circulação de drogas e o controle que se fazia delas estavam estritamente ligados à

* Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP).

tentativa de monopolização da prática curativa pela medicina acadêmica (contra boticários, curandeiros, “charlatões”, etc).

Foi somente no início do século XX que os estudos com vieses psicológicos passaram a monopolizar a produção científica sobre o tema das drogas. A primeira revista especializada, “Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Ciências Afins”, lançada em 1904, divulgou vários textos sobre a questão das drogas, particularmente o álcool devida a ocorrência de um alto índice de internados em decorrência desse mal no Hospital Nacional de Alienados. Em 1921, percebeu-se a inserção da categoria “toxicomania” na legislação, fato que acompanhava uma tendência mundial e colocava a psiquiatria nacional em consonância com o debate europeu da mesma época (ADIALA, 2011: p.160-167).

A criminalização de certas substâncias psicoativas a partir da lei nº 4.294 de 1921 pode ser considerada, portanto, um marco para a psiquiatria brasileira porque consagrou na legislação um conceito seu. A pesquisa de doutoramento em andamento pretende compreender como esse debate percebido em nível nacional, através da análise do contexto do Rio de Janeiro, ocorreu no Rio Grande do Sul. O impacto da política proibicionista sobre o campo da saúde em Porto Alegre será avaliada em duas perspectivas: 1ª. Buscar-se-á perceber como o debate sobre as drogas ocorria nos círculos acadêmicos. Para alcançar esse fim serão analisadas as duas revistas ligadas à classe médica sul-rio-grandense. São elas: “Archivos Rio Grandenses de Medicina” e “Revistas dos Cursos”; 2ª. Buscar-se-á trazer à tona a experiência dos sujeitos que foram interditados por causa do uso e/ou do abuso de psicoativos através da análise de Prontuários Médicos. Esta comunicação apresenta os dados preliminares sobre os primeiros anos de circulação da “Archivos Rio Grandenses de Medicina” que ocorreu na década de 1920.

Antes de apresentar os dados encontrados nesta revista, cabe salientar que o Rio Grande do Sul participava ativamente do debate sobre as doenças psíquicas desde o século XIX. O Hospício São Pedro foi inaugurado em 1884. A Faculdade de Medicina de Porto Alegre, a terceira a funcionar no país, foi fundada em 1898, contando desde sua fundação com as disciplinas de “Clínica Psiquiátrica e Moléstia Nervosa” e “Medicina Legal e Toxicologia”. Em 1908, foi firmado um convênio entre o Hospício São Pedro e a Faculdade de Medicina para que os alunos pudessem visitar os doentes (KUMMER, 2010: p.38).

As ideias psicológicas presentes nas Teses da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, entre 1890 e 1950, foi alvo de um estudo específico (LHULLIER, 2003). Segundo essa pesquisa, é possível distinguir três momentos a respeito como as ideias psicológicas foram utilizadas

pelos médicos formados em Porto Alegre: 1º Até 1910, associados à questão da moralidade; 2º. Entre 1910 e 1930, momento em que os conceitos psicológicos são inseridos e discutidos; 3º. Entre 1930 e 1940, quando a investigação experimental e a prática clínica se sobressaem e a psicologia se consolida como um saber independente (LHULLIER, 2003: p.118-120).

Interessante destacar que a consolidação da medicina oficial foi formada através da promessa de um conhecimento baseado em dados observáveis, mensuráveis e comprovados por exames clínicos através de sintomas e de sinais. Estudos anatômicos, fisiológicos e patológicos se destacavam nesse cenário. A psicologia, para se consolidar como conhecimento legítimo nesse espaço, insistia na necessidade de encontrar um substrato orgânico para as doenças mentais (LHULLIER, 2003, p.121-122).

A presente pesquisa buscou verificar, nesse contexto, as incidências do tema dos psicoativos e do conceito de toxicomania e, depois como essas questões se desenvolveram junto à classe médica gaúcha. A revista “Archivos Rio Grandenses de Medicina” foi lançada em janeiro de 1920, visto que os médicos de Porto Alegre se ressentiam de um canal de publicação próprio. Segundo o editorial de lançamento, os pesquisadores gaúchos, “no afan de divulgarem pesquisas curiosas e interessantes, collaboram nas gazetas de outros Estados, da Argentina e até da Europa, á mingua de uma imprensa médica entre nós”.²¹⁴ Além da divulgação científica, propriamente dita, esse periódico também pretendia divulgar os “problemas de ordem moral e material que interessam sobremaneira á classe e que reclamam, para os seus debates, uma imprensa própria” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1920, nº1, ano I, p.01).

Para cumprir os objetivos apresentados no editorial de lançamento, a revista passou a publicar artigos científicos produzidos pelos professores da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, traduções e resumos de obras produzidas no país e no exterior e comunicações e trabalhos apresentados na própria sociedade ou em outras localidades. Além desses artigos, também foram encontrados dados estatísticos fornecidos pelo Gabinete de Identificação e Estatística, notícias da Faculdade de Medicina, notas de clínica, crônicas, discussões que ocorriam na Sociedade de Medicina de Porto Alegre e propagandas de farmácias e de medicamentos. Os “Archivos Rio-Grandenses de Medicina” tiveram publicação irregular até 1922, quando se tentou tornar sua tiragem mensal. A revista foi publicada mensalmente até dezembro de 1923, ano que marca o fim da primeira fase de existência dessa publicação.

²¹⁴ Será preservada a grafia da época.

Uma das características mais marcantes desses primeiros três anos de existência da “Archivos Rio-Grandenses de Medicina” foi o rodízio de professores no conselho editorial. Um nome que figurou nesse conselho foi Luis Guedes, um dos precursores da psiquiatria no Rio Grande do Sul. Esse profissional iniciou o curso de medicina em Porto Alegre, porém o concluiu na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1913, foi nomeado médico do Hospício São Pedro. Alguns anos depois dessa nomeação ele foi fazer estágios em psiquiatria no Rio de Janeiro com Juliano Moreira e Antônio Austregésilo e nas capitais platinas – Montevideu e Buenos Aires. Na década de 1930, foi nomeado Diretor de Assistência a Alienados do Rio Grande do Sul. Vários autores destacaram a sua atuação na formação da psiquiatria sul-rio-grandense (KUMMER, 2010, p.37-38).

Foi Luis Guedes, portanto, o primeiro a abordar o tema dos psicoativos na “Archivos Rio-Grandenses de Medicina”. Nos dois primeiros números da revista, Guedes escreve na sessão de “Psiquiatria Forense” sobre a “Questão Médica do Alcoolismo”. Nesses artigos, ele relata dois pareceres feitos no Hospício São Pedro. No primeiro ele apresenta a história de um guarda civil que foi acusado de facilitar a fuga de presos por estar alcoolizado. Depois de seis meses de observação, Guedes chega à conclusão que o paciente não é alienado, e sim um “indivíduo de baixa condição social, nível moral inferior, entrega-se, por vezes, ao uso imoderado do álcool e, sob a acção deste, póde aniquilar-se-lhe a vontade e a energia e obscurecerem-se-lhe as outras faculdades”. O álcool, dessa forma, é usado para encorajar a atitude criminosa (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1920, nº1, ano I, p.33-32). O segundo artigo, por sua vez, pretende contrastar o primeiro caso apresentado. Neste exemplo, mais típico, o álcool funciona como “fator de evidente responsabilidade”, pois ativa predisposições existentes no indivíduo ao crime. Nesse contexto o “tóxico então, muito embora utilizado em doses razoáveis, vem agravar, e não raro enormemente, a essa constituição psicopata” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1920, nº1, ano I, p.66-71).

A revista fica três anos fora de circulação, retornando somente em 1926. Desta data até o final do período analisado, 1929, a direção da revista é ocupada por única pessoa: Dr. Argymiro Chaves Galvão, professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre. No seu currículo aparece experiência no Instituto Oswaldo Cruz e na Enfermaria da Santa Casa de Misericórdia. Em relação às primeiras edições se observa um maior envolvimento da “Archivos Rio-Grandenses de Medicina” nas questões sociais, como a proteção à infância, à saúde pública, à organização dos serviços sanitários e o desenvolvimento da medicina social e a conseqüente educação sanitária da população. Nesse contexto, o uso de álcool e de entorpecentes também aparece como um dos temas abordados (KUMMER, 2002: p.73-74).

Uma das inovações adotadas foi a publicação de um editorial com os temas relevantes à classe médica gaúcha na primeira página da revista. Logo no segundo número depois da retomada das publicações, Argymiro Chaves Galvão publica um editorial com o título de “Toxicomania”. No artigo é destacada a presença do profº Gonçalves Vianna, representante da Liga de Hygiene Mental do Rio de Janeiro, em solenidade realizada na Sociedade de Medicina de Porto alegre. Nessa ocasião foi feita uma conferência que destacou o papel dos médicos “contra a venda das substancias toxicas que alimentam os denominados ‘vícios elegantes’”, visto os problemas que tal consumo trás para o sistema nervoso. “Entre as varias substancias que concorrem para a derrocada do homem moral, psysico e intellectual, a cocaína, hoje, é a mais predilecta”, afirma. Segundo o editorial, cabe aos médicos uma atitude frente ao problema, pois a campanha saneadora “não deve ficar apenas limitada á acção da polícia”. A classe não podia “silenciar, sob pena de trahirmos a nossa verdadeira função de médicos”. Isso ocorre porque a ação direita da polícia não é capaz de intervir sobre o viciado. Portanto, é preciso combinar

“as acções do medico e dos poderes públicos, organizando-se o serviço de assistencia aos intoxicados, será possível salvar innumerous infelizes já á beira da miseria organica, da morte moral, ou na marcha accelerada, em caminho do termo final da vida” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1926, nº2, ano V, p.43-45).

Logo após essa publicação, começam uma série de números que cobriram o “IX Congresso Medico Brasileiro” ocorrido em Porto Alegre em 1926. A questão da liberdade profissional era um tema de conflito entre a classe médica e o Partido Republicano Rio Grandense (PRR). A recusa do profº Renato Barbosa, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que presidia a congresso, em se posicionar firmemente em favor da regulamentação da medicina no Rio Grande do Sul acabou em polêmica nas páginas da “Archivos Rio-Grandenses de Medicina”. Algumas cartas foram trocadas entre Rio de Janeiro e Porto Alegre e inúmeros artigos abordaram a questão da liberdade profissional (KUMMER, 2002, p.76-79).

O relacionamento da classe médica gaúcha com o governo estadual começou a tomar novas orientações com a ascensão de Getúlio Vargas ao comando do Estado do Rio Grande do Sul em 1928. O novo governo se comprometeu em promover uma campanha de educação sanitária, designando o Dr. Belizário Penna como responsável pela ação. A Sociedade de

Medicina logo criou uma sessão solene para homenagear o Dr. Penna, onde marcou presença o próprio presidente do Estado. O seu discurso teve que ser interrompido devido aos aplausos no momento em que Getúlio disse que a vinda do Dr. Penna para o Rio Grande do Sul marcava um novo momento na campanha de saneamento do Estado. As páginas da “Archivos Rio-Grandenses de Medicina” reproduziram os discursos e vários artigos que demonstravam confiança em uma mudança de postura do governo estadual (KUMMER, 2002: p.82-83).

É nesse contexto que, em maio de 1928, o Dr. Argymiro Galvão publica novo editorial com o seguinte título: “O commercio de toxicos”. Esse texto mais uma vez reafirma os perigos do vício e a necessidade do poder público intervir no comércio dessas substâncias. Ao espírito do novo relacionamento com o executivo estadual, os médicos resolvem mandar um ofício congratulando o presidente Getúlio Vargas pelo decreto recém-publicado que regulava “a venda das substancias toxicas” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1928, nº5, ano VII, p.01). Getúlio respondeu dizendo-se “desvanecido” com o ofício e agradeceu a “indispensável cooperação que a Sociedade de Medicina me assegura” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1928, nº6, ano VII, p.03). Segundo Kummer (2002: p.85), esses ofícios representaram um marco da mudança de relacionamento da classe médica com o governo de Estado.

Para não perder o momento político, o Dr. Argymiro Galvão resolve publicar no mesmo número em que foi publicada a carta do presidente Getúlio Vargas um artigo intitulado “Toxicomanias”. Mais do que entender os efeitos dos tóxicos sobre a “economia organica”, se pretende conhecer os “seus efeitos sobre a familia e por consequência sobre a sociedade”. Antes, porém, brevemente ele ilustra os efeitos das drogas sobre o organismo. A cocaína é “um veneno universal, e que na universalidade de sua acção tóxica, não poupa todas as formas de protoplasma”. O álcool, por sua vez, tem uma “influencia nefasta que ninguem ignora”, altera as funções do organismo e contribuí decisivamente para “a crescente porcentagem de tarados mentaes”. A morfina atua em três fatores – “a dor, o pezar, a voluptuosidade” – escravizando “os desfructadores de toda a espécie, mundanos, artistas, nervosos, etc., todos em buscas de sensações novas e intensas”. Por último, o eter, “veneno de tão larga extensão [...] também conduz o homem ao termo final da degeneração orgânica e moral”. É comprovado, portanto, que essas substâncias são os “quatro obreiros da decadencia physica e da morte moral” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1928, nº6, ano VII, p.11-12).

Se esses efeitos produzem um “espetáculo Dantesco” quando percebemos o resultado dos tóxicos sobre a família, o mais elevado expoente moral e “sólido fundamento da

sociedade”. Os tóxicos provocam o “descaso dos homens pelos seus próprios interesses [...], em oposição á sua indomável paixão pela droga em uso”. Basta olhar para as “degenerações físicas” dos filhos dos intoxicados e na incapacidade que essas pessoas têm de “conduzirem uma raça a caminho da victoria”. Assim, “a infecundidade das uniões concorrendo para a baixa do expoente da população; o adultério, a prostituição, a degradação do sentido genésico, o roubo, o suicidio, o crime, enfim tudo quanto é mau se reúne” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1928, nº6, ano VII, p.12).

Os tóxicos, “que assignalando no individuo o estigma degenerativo”, são responsáveis pela “marcha ascendente da humanidade”, quer em seus aspectos “material ou intellectual, quer sob o ponto de vista político e econômico, quer sob o ponto de vista moral”. Sem as regulações públicas necessárias, o “Rio Grande preparava-se para a derrocada da sua tradicional nobreza”. Embora esse problema também seja característico dos países civilizados, neste Estado ele parece mais acentuado pela questão da fronteira. Para corroborar essa hipótese, o autor trás o relato do Dr. Juvenal Piza, “Delegado de Costumes e Jogos de São Paulo”, afirmando que o Rio Grande do Sul é responsável por grande entrada de tóxico naquela cidade.²¹⁵ (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1928, nº6, ano VII, p.12-13).

Com todo esse perigo é preciso recorrer a “hygiene moderna” para salvar a coletividade. Embora ainda tenha muito a ser feito em termos de regulamentação, visto “o tempo em que permaneceu abandonada”, é preciso comemorar o “recente decreto lançado pelo Governo do Estado”. Não haverá argumentos, mesmo àqueles referentes à liberdade individual, que esconderá o fato que o comércio de entorpecentes se acha “entregue ao sabor dos eunucos moraes, proprietários de certas pharmacies, a venda franca e desembaraçada de cocaína, morphina, etc” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1928, nº6, ano VII, p.13-14).

A solução do problema passa, necessariamente, pela regulamentação da profissão médica, quando “o homem de estudo e o ignorante não gozarem dos mesmos direitos para o exercício da medicina”. Também passa por mudanças na legislação, pois as leis atuais “criminalizam o delicto e fornecem escapatória ao delictuoso; condemnam actos e innocentam intenções”. Os juizes, “intemeratos e dignos”, tem livrado os criminosos “pela impotencia de

²¹⁵ Durante o “XV Encontro Regional de História” da Anpuh-Rio, que foi realizado entre os dias 23 e 27 de julho de 2012, o profº Marcos Bretas comentou, no Simpósio de “História do Crime e da Justiça Criminal”, que esse tipo de informação também se verificava entre os Delegados de Polícia do Rio de Janeiro na mesma época.

textos rígidos”. Portanto, “é mister armar mais eficazmente as autoridades incumbidas de defender a sociedade contra taes scelerados” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1928, nº6, ano VII, p.14-16).

O artigo exposto acima aponta para a sintonia das políticas de repressão aos tóxicos, adotadas pelo governo do Estado, com os anseios higienistas da classe médica. Outro estudo, realizado em 2011, em torno das fontes da justiça criminal, mostrou a existência de alguns processos-crimes entre os anos de 1928 e 1930 (TORCATO, 2011: p.33). Isso mostra que a aproximação do governo do Estado com os médicos não se limitou ao campo discursivo, pois tomou forma de ações concretas de saneamento.

A crítica apresentada no artigo exposto acima sobre a ineficácia da lei vigente na repressão aos tóxicos também encontra ressonância na prática forense. As ações policiais contra os supostos traficantes de tóxicos eram consideradas legais e relevantes para os juizes responsáveis por analisá-las. Mais de 80% das denúncias realizadas pela Promotoria Pública eram consideradas pertinentes e os réus ficavam aguardando em prisão provisória o julgamento. O grande paradoxo é que os réus, uma vez levado ao Tribunal do Júri, acabavam quase sempre (aproximadamente 75% dos casos) absolvidos (TORCATO, 2011: p.37-48).

O tema dos psicoativos momentaneamente sai das páginas dos “Archivos Rio-Grandenses de Medicina” para retornar no último número de 1929. Nesta edição o Dr. Belizário Penna escreve um artigo longo intitulado “A lucta contra o alcoolismo”. Abaixo exporemos os principais argumentos apresentados.

Presente em todas as civilizações, abstinência está ligada à conquista e expansão dos impérios, enquanto o álcool e outros vícios ao declínio dos povos. “O alcoolismo é o maior e o peor dos flagellos universaes”. O uso contínuo do álcool atua “a perverter ou arruinar as cellulas nobres do organismo humano, levando a três e a quatro gerações os seus malefícios”. Sua condenação, portanto, remonta a remotas eras, pelos grandes espiritos de seu tempo, entre eles Salomão, Licurgo, Platão, Hipocrates e muitos outros (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1929, nº12, ano VIII, p.02).

O álcool é considerado o destruidor daquela capacidade humana que o “distingue dos outros seres animados – o psychismo superior”. Essa diferença fundamental entre os seres biológicos em geral dos humanos é que dá origem a uma ciência separada, distinta e autônoma chamada “Biologia Humana”.

positiva e experimental, que cria uma **moral biológica** e nos indica a prophylaxia e a therapeutica para prevenir e combater os terríveis flagellos que, castigam e degradam a humanidade de hoje: o egoísmo social, a irreligiosidade, o homicídio, a dissolução da família, malthusianismo, as doenças sociais (syphilis, tuberculose), o anticivismo, o antipatriotismo, a desmoralisação internacional, o suicídio e as intoxicações euphoristicas e habituaes, entre as quaes prima pelos malefícios o alcoolismo” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1929, nº12, ano VIII, p.02).

O alcoolismo atinge todas as classes sociais: entre os “dirigentes, os ricos e os poderosos” percebe-se a dissolução dos costumes no egoísmo, na violência, no fausto; “na subserviência, na bajulação, no servilismo, no latrocínio, na fraude e na burla, entre as classes intermediarias; no fatalismo e na miséria, entre as classes de trabalho”. O álcool destrói “todos os órgãos dos elementos activos e úteis”, resultando em um atrofiamento constante do corpo, destrói as defesas corporais facilitando a transmissão de doenças e, por último, provoca “graves perturbações do systema nervoso, decadencia progressiva do organismo, distúrbios da circulação, gastrites e a esclerosa invasora” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1929, nº12, ano VIII, p.03).

Mas os males não se resumem a esfera individual, pois é na “hereditariedade ethylica, diabólica, porque constituída, até três e quatro gerações de beberrões, degenerados, idiotas, imbecis, epiléticos, retardados, enfraquecidos, loucos e criminosos” que mora o pior legado do alcoolismo. “No ponto de vista da raça, essa população invadida pelo veneno não é infelizmente estéril, e como já se vem repetindo de longa data, ‘o bebado não produz cousa que valha”. Os estudos estatísticos sobre hereditariedade alcoólica, particularmente o feito na França por Bourneville, mostram que cerca de um terço dos filhos de mulheres alcoólatras nascem mortos ou morrem nos dois primeiros anos. Os “sobreviventes contam-se numerosos idiotas, epiléticos, inúmeros degenerados, destituídos de senso moral, instinctivamente perversos, impulsivos, anormaes, victimas lastimaveis do alcoolismo dos paes”. É um dano coletivo, portanto, porque os que se embebedam, “para satisfação de um vivo, que lhes dá gozo ephemero e illusorio, [cometem] um crime nefando contra a família, a sociedade, o Estado e a Especie” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1929, nº12, ano VIII, p.03-05).

Retomando a ideia de que a decadência das civilizações está ligada à adoção do álcool, o autor apresenta o conceito de “degenerados superiores”, tais como “Commodus, Calligula, Heliograbado, Nero e muitos outros, [que] eram ébrios habituaes”. Percebe-se também que as

conseqüências do uso do álcool sobre a atual sociedade são mais intensas do que no passado, pois geram “gastos phantahsticos com a manutenção de manicomios, penitenciarias, colônias correccionais, asylos e hospitaes; a immoralidade, a amoralidade, a jogatina desenfreada, a desnutrição e o definhamento orgânicos, a incapacidade de trabalho, a miseria, o abandono da terra”. Por isso, depois de enfrentarmos guerras incessantes, fome, peste, “estamos agora na era do alcoolismo, peor que as outras reunidas” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1929, nª12, ano VIII, p.05-06).

Segundo o Dr. Penna, nem mesmo os bebedores moderados deixam de sofrer os efeitos terríveis do álcool. Para comprovar tal tese, ele trás estudos de pensadores da Alemanha e “outros notáveis scientistas na Norte America”. Essa série de experimentos, “absolutamente scientíficas”, comprovam que o álcool não é um excitante, mas “um narcótico, droga deprimente, mesmo em doses pequenas; que é finamente, e de facto, o gênio da degeneração, o demônio da humanidade”. Por isso deve-se rejeitar a ideia de “álcool potável”. Nesse quesito, estudos feitos na Inglaterra e nos Estados Unidos comprovam que o álcool não trás nenhum benefício e, as poucas vantagens nutritivas que ele apresentam podem ser substituída com vantagem por “um pouco mais de manteiga e de assucar” nas refeições (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1929, nª12, ano VIII, p.06-07).

Por isso, “a única solução segura do problema é a que adoptou a grande nação Norte Americana – a proibição pura e simples do fabrico, da exportação, importação, transporte e consumo de qualquer bebida alcoolica”. Essa nação, entretanto, preparou tal cenário com mais de 70 anos de campanha moral. Para que o Brasil chegue nesse nível, é necessária

“uma ousada crusada contra o alcoolismo, promovendo a educação anti-alcoolica nas escolas, colégios, fabricas, quartéis, etc., incitando os poderes públicos a taxar fortemente, pesadamente as bebidas alcoólicas de qualquer natureza; a prohibir as casas de bebidas nas proximidades das fabricas e grandes officinas; a não permittir orchestras, mesas e cadeiras nos bares e estabelecimentos de bebidas” (ARCHIVOS RIO-GRANDENSES DE MEDICINA, 1929, nª12, ano VIII, p.08-09).

A presente comunicação pretendeu apresentar a problemática de pesquisa referente à criminalização das drogas na Primeira República no Rio Grande do Sul através de um levantamento das incidências dos temas da “toxicomania” e do alcoolismo na revista “Archivos

ANAIS DO 13º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA -
FFLCH/USP - SP - 03 A 06 DE SETEMBRO DE 2012

Rio-Grandenses de Medicina”. Percebe-se que esse tema é abordado dentro da perspectiva teórica da degeneração e do projeto político defendido pelos médicos em torno dos conceitos ligados à medicina social da época.

FONTES PRIMÁRIAS

GALVÃO, Argymiro Chaves. Toxicomania. Archivos Rio-Grandenses de Medicina, 1926, nº2, ano V, p.43-45.

_____. O commercio de toxicos. Archivos Rio-Grandenses de Medicina, 1926, nº7, ano V, p.01.

_____. Toxicomanias. Archivos Rio-Grandenses de Medicina, 1928, nº6, ano VII, p.11-16.

GUEDES, Luis. Psiquiatria Forense: questão médica do alcoolismo. Archivos Rio-Grandenses de Medicina, 1920, nº1, ano I, p.33-32.

_____. Psiquiatria Forense: questão médica do alcoolismo. Archivos Rio-Grandenses de Medicina, 1920, nº2, ano I, p.67-71.

PENNA, Belisário. A lucta contra o alcoolismo. Archivos Rio-Grandenses de Medicina, 1929, nº12, ano VIII, p.11-16.

RIO GRANDE DO SUL, Palácio do Governo. Ofício nº 201. Archivos Rio-Grandenses de Medicina, 1926, nº7, ano V, p.03.

BIBLIOGRAFIA

ADIALA, Julio Cesar. Drogas, Medicina e Civilização na Primeira República. Tese. (PPG – História das Ciências da Saúde/Fundação Oswaldo Cruz), 2011.

IORE, Maurício. Uso de "drogas": controvérsias médicas e debate público. São Paulo: Mercado de Letras, 2006.

KUMMER, Lizete Oliveira. A medicina social e a liberdade profissional: os médicos gaúchos na primeira república. Dissertação. (PPG - História/UFRGS), 2002.

_____. A psiquiatria forense e o Manicômio Judiciário do Rio Grande do Sul: 1925-1941. Tese. (PPG - História/UFRGS), 2010.

LHULLIER, Cristina. Levantamento das idéias psicológicas presentes na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito no estado do Rio Grande do Sul. Tese. (FFCLRP/USP), 2003.

SILVA, Maria de Lourdes. Drogas - da medicina à repressão policial: a cidade do Rio de Janeiro entre 1921 e 1945. Tese. (PPG - História/UERJ), 2009.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. Discurso médico e punitividade penal: a repressão aos "tóxicos" em Porto Alegre no final dos anos 1920. Monografia. (PPG - Sociologia/UFRGS), 2011.